

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE: TEORIA E PRÁTICA EDUCACIONAL NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

José Alberto Gonçalves de Moura¹

Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco²

Resumo: Face a relevância da temática ambiental, este estudo analisou o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) com vistas a verificar se este contempla a Educação Ambiental (EA) e a Sustentabilidade de forma interdisciplinar, investigando se os docentes do curso envolvido, dispõem de conhecimentos básicos sobre as duas temáticas. Esta pesquisa é de cunho quali-quantitativo, sendo exploratória, bibliográfica, descritiva, documental e de campo. Ao analisar o PPC do curso foco da pesquisa constatou-se em sua justificativa, que a formação do egresso deve ter por base uma reflexão crítica, ética, responsabilidade social e sustentabilidade ambiental, porém, de acordo com as ementas e conteúdos programáticos deste, não se encontrou, de maneira clara, a EA e a Sustentabilidade abordadas de forma interdisciplinar.

Palavras-chave: Ensino; Formação Cidadã; Projeto Pedagógico do Curso; Interdisciplinaridade.

Abstract: Given the relevance of the environmental thematic, this study analyzed the Pedagogical Project of the Course (PPC) in order to verify whether it includes Environmental Education (EE) and Sustainability in an interdisciplinary way, investigating whether the teachers of the course involved, have basic knowledge about the two themes. This research has a qualitative and quantitative approach, being exploratory, bibliographic, descriptive, documentary and field research. When analyzing the PPC of the course focus of the research it was found in its justification, that the formation of the graduate should be based on a critical reflection, ethics, social responsibility and environmental sustainability, however, according to the menus and program content of this, it was not found, clearly, the EE and Sustainability addressed in an interdisciplinary way.

Key words: Teaching; Citizen Formation; Project of the Course; interdisciplinarity.

¹ Faculdade de Petrolina (FACAPE), E-mail: josealberto.moura@facape.br,
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0919753493857079>

² Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), E-mail: clecia.pacheco@ifsertao-pe.edu.br,
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6358715394273386>

Introdução

A relevância da Educação Ambiental (EA) para a reconstrução do pensar e fazer da humanidade, evidencia-se quando ela se propõe a despertar a sensibilização, estimulando individualmente e coletivamente através da construção de valores sociais e mudanças de hábitos capazes de avaliar a realidade do seu entorno e propor ações para a promoção da sadia qualidade de vida e da sustentabilidade. Conforme encontramos no Art. 1º da Lei nº 9.795/1999, se entende por Educação Ambiental todos os processos através dos quais o indivíduo e a coletividade estabelecem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências com o propósito de conservação do meio ambiente, que é um bem difuso e indispensável para a qualidade de vida e sua sustentabilidade humana (BRASIL, 1999).

A proposta da EA, acima descrita, se apoia preponderantemente no ensino formal, por ser um ambiente de ações políticas, históricas, culturais e sociais, perpassando pelas diferenças culturais, conceituais e conflitos, buscando compreender a ordem estabelecida e a reconstrução de uma nova ordem, seja, pelo reconhecimento da atual ordem ou pela reformulação dela. Desta forma, o espaço educativo se desenvolve em uma perspectiva crítica, promovendo ações de superação dos problemas ambientais por meio de um processo crítico-reflexivo (TEIXEIRA; TOZONI REIS; TALAMONI, 2011).

Nesta reconstrução, o docente ocupa relevante participação por exercer influência sobre aqueles que estão a aprender em sua sala de aula, podendo aliená-los a um modelo pré-estabelecido, condicionado a uma realidade fatal em que as coisas se acomodam e assim devem permanecer, ou despertá-los para novos horizontes com a possibilidade de participação, interação e intervenção na trajetória da vida. De acordo Freire (1996, p.11), “*a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo*”, assim, o fazer docente requer uma contínua reflexão.

Nesta perspectiva o docente é o agente interlocutor das transformações sociais, comprometido politicamente, produzindo intencionalmente em cada indivíduo a apropriação crítica dos conteúdos, trazendo uma reflexão permanente sobre a problemática ambiental e a sustentabilidade planetária. Assim, a problemática ambiental e a sustentabilidade percebida através da ótica interdisciplinar, permite um diálogo entre os saberes, possibilitando aos atores participantes uma visão de conhecimento integrado e estruturado, permitindo o protagonismo do seu meio através da quebra de paradigmas (pré)estabelecidos (ROSSINI; CENCI, 2020).

Dessa forma, este artigo, para desenvolver esta abordagem, elencou como problemática a seguinte indagação: Qual a percepção dos docentes do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Petrolina – FACAPE sobre a Educação Ambiental Interdisciplinar e a Sustentabilidade? Tal problemática emergiu na perspectiva de observar a relação entre a teoria e prática educacional no curso de Ciências Contábeis, pois segundo Fazenda (1996),

existe uma ausência da prática interdisciplinar no campo do ensino e pesquisa nas universidades, podendo-se observar alguns poucos encontros pluridisciplinares.

Este estudo teve como objetivo geral analisar o Projeto Pedagógico do Curso visando verificar se este contempla a EA e a Sustentabilidade de forma interdisciplinar, investigando se os docentes do curso envolvido, dispõem de conhecimentos básicos sobre ambas as temáticas.

Embásado nos objetivos específicos do estudo verificou-se no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), se este contempla a EA e a Sustentabilidade; também se mapeou os conhecimentos básicos dos docentes acerca destes dois temas; e propôs-se através da interdisciplinaridade, práticas interventivas de EA e Sustentabilidade com docentes do curso de graduação em Ciências Contábeis.

Neste sentido, a escolha da abordagem sobre a EA e a Sustentabilidade dentro do processo do ensino e aprendizagem no curso de Ciências Contábeis, se deu pela relevância da temática que tem mobilizado a sociedade em nível mundial, mobilização esta, encabeçada pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organizações Não Governamentais (ONGs), sociedade civil, entre outros, na busca de soluções para crise ambiental vivenciada planetariamente. Tais mobilizações implicam na necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à EA em uma perspectiva integradora, uma vez que, a construção desse diálogo se impõe não somente como forma de aprender a resolver soluções dos problemas aqui apresentados, mas também, abordar a temática de maneira interdisciplinar apresentando o elo existente entre a EA e a Sustentabilidade. A escolha da instituição, do curso e do público-alvo se deu por intencionalidade e acessibilidade (BARDIN, 2016).

Desse modo, segundo a abordagem do problema esta pesquisa é de cunho quali-quantitativa, pois aferiu a percepção dos docentes através de questionários e entrevistas, quantificando por meio de métodos estatísticos e análise de conteúdos e discursos as respostas apresentadas através dos instrumentos utilizados para a coleta de dados. Quanto ao objetivo geral a pesquisa é exploratória, bibliográfica, descritiva, documental e de campo, pois se aprofundou estudos sobre a temática, através de pesquisas já publicadas (artigos, revistas, livros etc.), sendo também descritiva, pois descreveu o perfil dos docentes pesquisados, e documental pois apoiou-se no documento base do curso – o PPC – para verificar se a EA e a Sustentabilidade estão contempladas nele. Também se definiu como pesquisa de campo pois foi aplicada junto aos docentes da Instituição de Ensino Superior (IES) do município de Petrolina-PE.

Por último, este artigo está estruturado com os seguintes itens: introdução com um apanhado sobre a EA e sua relevância, breve abordagem sobre teoria e prática educacional, justificativa, objetivos e metodologia utilizada, trazendo também uma breve revisão da literatura com abordagem

sobre o histórico da EA, a EA e a interdisciplinaridade, e por fim, a EA para a sustentabilidade. Contém também os materiais e métodos utilizados, bem como, os resultados e discussões, e por fim, tem-se as considerações finais e referências que embasaram o trabalho.

Breve Revisão de Literatura

Histórico da Educação Ambiental

O despertamento para temática ambiental é impulsionado a partir da metade do século XX, pela movimentação da sociedade civil, através da busca de um modelo de produção, consumo e qualidade de vida que pudesse se contrapor ao modelo de sociedade capitalista, sua forma de consumo e concentração de riqueza (RAMOS, 2001). Considerando que os problemas ambientais e a distribuição desta riqueza estavam afetando a qualidade de vida da humanidade, tal movimentação buscou despertar uma consciência crítica e a construção de novos valores capazes de produzir uma mudança econômica, cultural, social e política.

De acordo com Dias (2004, p.78) “enquanto os governos não conseguiam definir os caminhos de entendimento, a sociedade civil movimentava-se em todo o mundo”. Contudo, o termo EA surgiu pela primeira vez, “em março de 1965, durante a Conferência em Educação na Universidade de Keele, Grã-Bretanha, surgiu o termo *Environmental Education* (Educação Ambiental)” (*Ibidem*, p.78). A construção de um novo olhar voltado para o respeito ao meio ambiente, é visto como uma relação necessária, capaz de produzir um modelo de vida harmônico entre sociedade-natureza.

Frente a estas constatações, a EA começa a tomar forma e se consolidar através de uma série de documentos produzidos em eventos mundiais que tiveram como propósito avaliar os acontecimentos que afetavam o planeta terra e que requeriam ações globais a serem aplicadas em cada nação no intuito de promover um equilíbrio entre as ações humanas frente ao meio ambiente. Conforme Pearson (2011, p.05) o meio ambiente “[...] abrange o próprio ser humano e os demais organismos vivos, bem como as circunstâncias que tornam possível a vida no planeta”.

Na perspectiva é crucial identificar, compreender e construir uma base de valores e atitudes que façam frente aos grandes desafios da sociedade diante dos problemas ambientais que expõem a vulnerabilidade do mundo moderno, evidenciado através de grandes catástrofes (acúmulo de poluição, resíduos industriais, usinas atômicas e seus resíduos). Assim, a EA tem como tarefa a afirmação e a legitimação destes princípios de tal forma a suprimir conjunto de valores que terão que ser negados, dando oportunidade a um conjunto de novas ideias e novos valores, podendo ainda nos remeter ao passado com vistas ao presente, na busca de evidências nas ações realizadas, de forma a identificarmos as consequências desastrosas para o meio ambiente no tempo presente e futuro (RAMOS, 2001; GRÜN, 2002).

Educação Ambiental e a Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade como abordagem didática do processo ensino aprendizagem tendo a EA e a Sustentabilidade como percepção investigativa, fundamenta-se numa visão não reducionista, mas, em um novo horizonte como perspectiva inovadora e multifuncional. Assim, apesar da grande importância da interdisciplinaridade no contexto educacional para a construção de um ensino que assegure a amplitude, a profundidade e a síntese, ainda se percebe uma lacuna dentro dos currículos do ensino superior que não tem permitido o estabelecimento de vínculo entre os conteúdos disciplinares, com propósito de construir conexões colaborativas de conhecimento.

Nesta perspectiva de formação ampla, conectando os estudantes com a complexidade de mundo que os envolve, introduz-se aqui a efetiva participação/inserção da EA como parte integrante deste processo formativo, que através do Programa Nacional de EA (ProNEA) atribuiu ao ensino superior a incumbência de inclusão do tema meio ambiente de forma transversal, ao ensino, pesquisa e extensão.

A Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), trouxe em seu Art. 1º, o conceito de EA, como também em seu Art. 2º, a institucionalização da EA como componente curricular essencial em todo sistema de ensino, em todos os níveis em âmbito nacional. Ainda em seu Art. 3º atribui responsabilidades ao poder público, nos termos dos Art. 205 e 225 da Constituição Federal; às instituições educativas; aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama); aos meios de comunicação de massa; às empresas, entidades de classe; instituições públicas e privadas e à sociedade como um todo, para difundir, promover e disseminar a EA de forma a proporcionar ações integradas capazes de propiciarem a atuação individual e coletiva voltadas para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais, trazendo ainda em seu Art. 4º como princípios básicos da EA, o enfoque plural, humano, ético, crítico, o respeito e a sustentabilidade.

Por este ângulo, comprehende-se que a EA ocupa uma grande importância dentro do currículo do ensino superior. A Lei ainda traz em seu Art. 10, § 1º que a EA não deve ser inserida no currículo como uma disciplina específica, o que reforça a extrema necessidade/importância da aplicação da interdisciplinaridade, para que ela esteja permeada em todos os componentes curriculares (BRASIL, 1999).

A Educação Ambiental para a Sustentabilidade

A busca pela sustentabilidade é algo que remete a humanidade a refletir sobre as suas práticas e as consequências dela derivadas. Esta temática tem sido abordada em várias conferências da ONU com propósito de obter o engajamento e comprometimento das nações no combate às desigualdades ou

desequilíbrios sociais, econômicos e ambientais, proporcionados em função dessa prática.

Dentro desse contexto, menciona-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio, 1992), que aprovou um importante documento denominado Agenda 21. Destaca-se dentro desta agenda, o Capítulo 36, considerando que a temática abordada neste capítulo, teve como título: "Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento". Este destaque se dá em virtude de se compreender que todas as áreas da Agenda 21 estão ligadas virtualmente a esta temática.

Neste capítulo, enfatiza-se que a base fundamental para o desenvolvimento sustentável, a capacidade das sociedades desenvolverem plenamente suas potencialidades, a promoção da capacidade do povo abordar questões do meio ambiente e desenvolvimento, a mudança de atitude das pessoas, a consciência ambiental e ética (ambiente físico/biológico, sócio econômico e desenvolvimento humano), valores e atitudes, e a participação pública efetiva nas tomadas de decisões, está diretamente ligada ao ensino (tanto formal, quanto informal), a conscientização pública e ao treinamento (UNITED NATIONS, 1992).

Ainda em relação as conferências ambientais, menciona-se a Rio + 20, que foi realizada 20 anos após a conferência do Rio em 1992, que além de reafirmar os compromissos assumidos nas conferências anteriores, teve como temática a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável, reconhecendo a necessidade de alcançar este desenvolvimento em todos níveis, integrando seus aspectos sociais, ambientais e econômicos (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS, 2012).

Reconheceu-se ainda a necessidade de uma nova ética global, envolvendo o comportamento dos indivíduos e das sociedades, na busca de mudanças significativas, capazes de promover uma consciência face às complexas dinâmicas das relações entre a humanidade e o meio ambiente, com o propósito de garantir um novo desenvolvimento orientado por essa nova ética global e uma distribuição justa dos recursos da Terra (DIAS, 2004).

Nesta perspectiva, ainda se enfatiza a relevância da Conferência de Cúpula da ONU, realizada em Nova Iorque entre 25 e 27 de setembro do ano de 2015 que estabeleceu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas a serem aplicadas até o ano de 2030 (Agenda 2030). O estabelecimento destes objetivos se apoiou nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ampliando ainda mais o seu raio de atuação. O foco dos ODS está em libertar a humanidade da pobreza e da privação, promovendo a dignidade e igualdade em um ambiente saudável, proteger o planeta, assegurar a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres, entre outros.

Nesse sentido, todos os objetivos estão interligados e buscam o desenvolvimento sustentável equilibrado nas áreas econômica, social e ambiental, se fundamentando nos seguintes pilares: acabar com a pobreza; acabar com a fome; vida saudável; educação inclusiva e equitativa; igualdade de gênero; gestão sustentável da água e saneamento; energia para todos; emprego pleno; infraestrutura e industrialização inclusiva e sustentável; reduzir as desigualdades; conservar e usar sustentavelmente os oceanos, mares e recursos marinhos; uso sustentável dos ecossistemas terrestres; promover sociedades pacíficas e inclusivas com acesso à justiça e fortalecer a parceria global para o desenvolvimento sustentável (*UNITED NATIONS*, 2015).

Assim, a Agenda 2030 é um instrumento de apoio fundamental para a orientação aos programas e ações conduzidas pela ONU e seus países membros para fazer frente às adversidades promotoras das desigualdades e colocar o mundo em rumo sustentável, através de ações transformadoras e ousadas (MIRANDA *et al.*, 2021).

Neste sentido, a educação apresenta uma abordagem global e sistêmica conduzindo os atores a terem uma visão crítica da realidade, tornando-os capazes de valorar, de intervir, de escolher, de romper, na perspectiva de participar do seu meio, apontando soluções para os problemas vivenciados no seu entorno, respeitando o ser humano e a natureza (FREIRE, 1996).

Destarte, o ensino superior tem função essencial na reconstrução dos saberes, através da implantação de conhecimentos e formação de uma nova consciência ambiental em seus eixos de ensino, pesquisa e extensão, sendo a universidade um espaço de cultivo e socialização do conhecimento, objetiva preparar os indivíduos para o exercício da profissão, da civilização e da cidadania (ALENCAR; BARBOSA, 2018).

Materiais e Métodos

A presente pesquisa foi realizada junto ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis na FACAPE (Faculdade de Petrolina em Pernambuco), tendo como público-alvo os docentes do Curso de Ciências Contábeis da FACAPE. Caracteriza-se como quali-quantitativa, exploratória, bibliográfica, documental e de campo. É de cunho quantitativo e qualitativo, pois segundo Marconi e Lakatos (2017), consiste em um estudo exploratório e descritivo. Utilizou-se como base fundante a Teoria da Análise de Conteúdo e do Discurso de Laurence Bardin (2016), para classificar e categorizar os discursos dos sujeitos partícipes do território pesquisado.

Também investigou se no Projeto Pedagógico do Curso pesquisado contempla a EA e a Sustentabilidade, e para isso, fez-se uma análise documental. E para propor através da interdisciplinaridade, práticas interventivas de Educação Ambiental e Sustentabilidade com docentes do curso de graduação em análise, se elaborou uma proposta que será

apresentada a IES como forma de contribuição para melhoria do curso, conforme se apresenta nos resultados e discussões.

O diagnóstico da problemática encontrada no Curso de Ciências Contábeis se deu pela aplicação de questionários via *Google Forms* e as entrevistas através da plataforma *Google Meet*. Esta metodologia foi adotada em razão de a coleta dos dados ter sido feita no período da pandemia (2020-2021), sendo, portanto, necessário o distanciamento social. Para realização das entrevistas lançou-se o convite aos docentes através de contato telefônico, para a participação de uma entrevista via plataforma *Google Meet*, em dia e horário previamente agendado. Para a análise dos dados encontrados nas entrevistas e na aplicação dos questionários, utilizou-se da estatística descritiva, também conhecida como análise exploratória dos dados, onde sumarizou-se o conjunto de variáveis através da plotagem de gráficos.

Resultados e Discussões

A partir de agora se discorrerá sobre os achados da pesquisa em campo. Tais achados estão subdivididos em três partes: 1. Análise do PPC, visando identificar a EA e a Sustentabilidade de forma interdisciplinar; 2. Análise dos dados resultantes da aplicação de questionários; 3. Análise dos achados das entrevistas realizadas com docentes.

Em análise ao PPC se constatou que, “do profissional contador espera-se que demonstre a capacidade de intervir e resolver situações problemas inesperados no seu campo de atuação, com base na reflexão crítica sobre as demandas emergentes no mundo dos negócios, tendo em vista a dimensão ética, a responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental” (PPC, 2016, p.8).

Dentro do propósito deste estudo que verificou se o PPC contempla a EA e a Sustentabilidade de forma interdisciplinar, detectou-se através da análise que nas ementas e conteúdos mínimos dos componentes curriculares não se encontrou mencionadas de maneira clara a EA e a sustentabilidade, embora pudesse se constatar na proposta inicial do PPC, que o profissional contador deverá apresentar em sua atuação uma “dimensão ética, a responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental” (*Ibidem*, p.8).

Em relação aos resultados dos achados de campo obtidos através das respostas recebidas para as perguntas elencadas no questionário aplicado junto aos docentes do Curso de Ciências Contábeis (CCC), de um total de 24 docentes, obteve-se 19 respondentes ao questionário.

Mediante as respostas obtidas, pôde-se delinear o perfil dos respondentes constatando-se que 89,47% estão na faixa etária acima dos 40 anos, 5,26% estão na faixa 36 a 40 anos e 5,26% estão na faixa 31 a 35 anos. No tocante ao ano em que se graduaram pôde se observar que 53% dos docentes concluíram sua graduação entre o ano de 1991 a 2000 e 37% dos

docentes entre 2001 e 2010. Ainda na construção do perfil docente, pôde-se verificar que 68,4% têm titulação *strictu sensu* e 31,6% têm titulação *lato sensu*. Apesar de não haver regulamentação quanto a exigência do número de docentes com esta titulação para as faculdades, pode-se tomar por base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 em seu Art. 52, que estabelece o mínimo de 1/3 de docentes com esta titulação para as universidades. Portanto, com base nos resultados, pode-se considerar um bom número para composição do colegiado do Curso de Ciências Contábeis.

Quanto, ao tempo de vínculo dos docentes com a instituição pesquisada, pôde-se perceber que maioria (95%) dos respondentes tem um vínculo acima de 10 anos, permitindo a possibilidade de um trabalho com uma metodologia contínua, sem interrupção para o alcance dos objetivos a curto, médio e longo prazo. Neste sentido, “o professor que atua há mais anos na profissão torna-se referência, e encontra menor dificuldade para lidar com a cultura da instituição e sua organização” (SILVA et al., 2020, p.9).

Ao cruzar as informações no tocante a área de formação dos docentes e o conhecimento da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), percebeu-se que, dos 52% que não conhecem a PNEA, 32% têm formação única em Ciências Contábeis e dos 48% que conhecem a PNEA, 32% têm formação em Ciências Contábeis e outra área de conhecimento, conforme Gráfico 1.

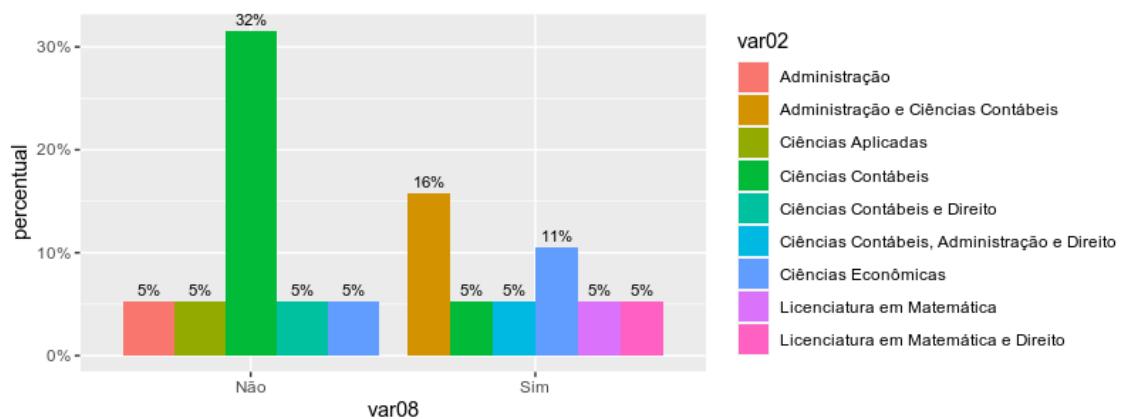


Gráfico 1: Graduação (Variável 2) x Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99)? (Variável 8). **Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Tal constatação revela a necessidade de um trabalho voltado para uma divulgação, discussão e envolvimento dos docentes relacionado a temática ambiental. Esta temática tem se apresentado como extremamente relevante para a reconstrução de uma nova ordem de comportamento humano, através de valores sociais, atitudes, habilidades e competências capazes de avaliar a realidade do seu entorno e propor ações para a promoção da sadia qualidade de vida e da sustentabilidade. Desta forma, conforme Teixeira, Tozoni e

Talamoni (2011), a EA é entendida como um processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos e atitudes, valores e comportamentos para o alcance de uma sociedade sustentável do ponto de vista social, ambiental e econômico.

Quando questionados acerca da EA ter sido contemplada em sua formação inicial, 95% dos respondentes afirmaram não terem sido contemplados e 5% não desejou opinar sobre o questionamento. Apesar de ser uma temática alvo de várias conferências mundiais, e pauta de discussões de vários segmentos da sociedade, percebe-se o tema ainda não ocupa os espaços educacionais com a intensidade necessária. Ao serem indagados sobre sua prática docente no tocante à realização de algum evento direcionado à temática ambiental, observa-se que 58% dos respondentes não realizam nenhuma atividade relacionada a temática ambiental e que 42% realizam atividades na própria disciplina que ministra, como também em parceria com outras disciplinas.

Ademais, ao se depararem com a seguinte afirmação: O (a) senhor (a) estimula seus alunos a desenvolver atividades (projetos, seminários, pesquisas) voltadas para a temática ambiental, mesmo que de forma transversal, na sua disciplina. Evidenciou-se que 58% dos docentes respondentes, discordam, ou seja, afirmam não desenvolver estímulo aos alunos à prática de atividades voltadas à temática ambiental em sua disciplina; 37% concordam com a afirmativa; e, 5% concordam plenamente, estimulando os discentes a desenvolverem projetos, seminários e pesquisas na área ambiental.

Diante da afirmação de que a EA desenvolve nas pessoas uma consciência crítica, ultrapassando a dimensão ecológica, passando pelas questões sociais, históricas, econômicas e culturais, os docentes manifestaram suas opiniões, e (79%) concordaram plenamente com esta afirmação, acompanhado de (16%) que concordam com a afirmativa, reconhecendo a ação desenvolvida pela EA. Contudo, 5% dos respondentes, não desejaram opinar. De acordo Dias (2004) a EA traz como proposta um conjunto de elementos capazes de proporcionar ao indivíduo uma percepção nítida, reflexiva e crítica dos mecanismos sociais, políticos, econômicos e culturais que compõe a dinâmica global, capacitando-o para o exercício pleno da cidadania, através da participação comunitária em busca da qualidade de vida.

No Gráfico 2, ao cruzar a variável 07 (Disciplinas que o docente ministra) com a variável 13 (Os problemas ambientais locais são contemplados pelo curso onde ministra aulas), constatou-se que, 53% dos respondentes discordaram, ou seja, o curso não aborda tais problemas, e destes, temos 37% que ministram disciplinas do eixo principal de formação em Ciências Contábeis.

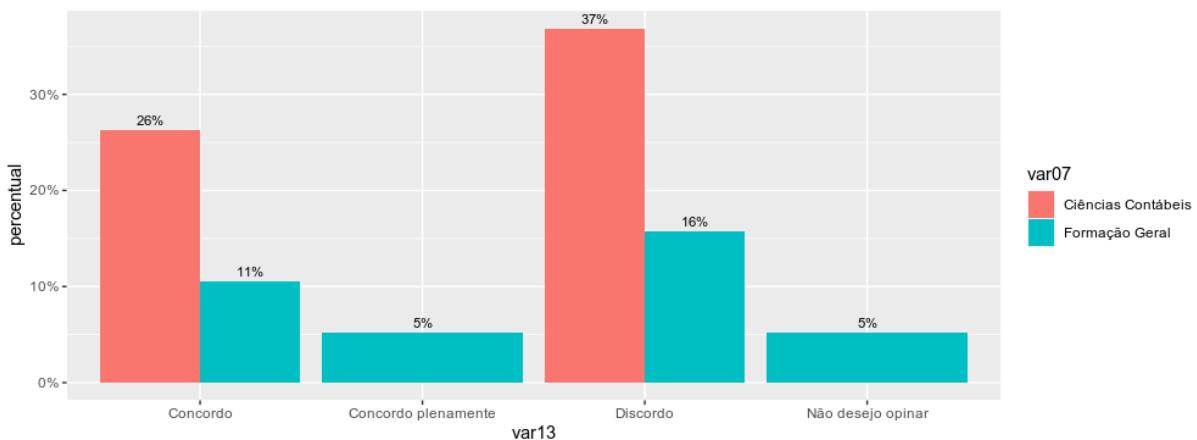


Gráfico 2: Área de atuação – Disciplinas (variável 7) x Os problemas ambientais locais são contemplados pelo curso onde o (a) senhor (a) ministra aulas (variável 13).

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Desta forma, conclui-se que a maioria dos docentes não abordam sobre os problemas locais em sua prática docente. Dos que concordam, tem-se 37% dos docentes respondentes, e destes, 26%, ministram disciplinas do eixo principal de formação em Ciências Contábeis. Os que concordam plenamente estão representados por 5% dos respondentes. Assim, também se conclui que estes docentes abordam os problemas ambientais locais em sua prática docente. Segundo a Lei 9.795/1999 que dispõe sobre a EA, em seu Art. 3º inclui a EA como um direito de todos, incumbindo as instituições educativas a promoção da EA de maneira integrada aos programas que desenvolvem. Ainda em seu Art. 4º, traz os princípios básicos da EA, e em seu inciso VII diz que se deve fazer a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais e globais (BRASIL, 1999).

Diante da afirmativa de que é importante para o curso onde o (a) senhor (a) ministra aulas a presença de disciplinas obrigatórias voltadas a Educação Ambiental, 47,4% dos respondentes concordaram, acompanhados por 26,3% dos respondentes que concordam plenamente. Pôde-se observar que 73,69% dos respondentes entendem ser importante a presença de disciplinas obrigatórias no curso em que ministram aulas. Os que discordam estão representados por 21,05% dos respondentes, e os que não desejam opinar foram representados por 5,26% dos respondentes.

Diante desta afirmativa e das respostas obtidas, principalmente pelos que concordam e concordam plenamente, vale ressaltar o que está previsto na Lei 9.795/99 em seu Art. 10 e seu § 1º “A Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. § 1º A EA não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”. A proposta da incorporação da Educação Ambiental nos diferentes níveis e modalidade de ensino deverá ser através de metodologias interdisciplinares, conforme parágrafo terceiro, artigo 8 da referida lei (BRASIL, 1999).

Quando solicitados a opinar sobre a afirmativa de que é importante para o curso onde o (a) senhor (a) ministra aulas que a Educação Ambiental seja abordada de forma multi, inter e transdisciplinar através da oferta de projetos de extensão, projetos de pesquisa, grupos de estudo etc., os respondentes quase que por unanimidade (89,5%) entendem ser importante esta prática. Sendo registrado uma parcela de 10,5% dos respondentes que discordam desta importância. De acordo com Moura et al (2021), a proposta da EA fundamentada nas conferências de Tbilissi (URSS) 1977, Tessalônica (Grécia) 1997, entre outras. Trabalhar a EA baseada na interdisciplinaridade e transversalidade, conduz a novas experiências de EA criativa e inovadora em diversos segmentos da população em vários níveis de formação, proporcionando uma nova ética, identidade cultural e sustentabilidade.

Quando questionados sobre o interesse pelos assuntos relacionados ao meio ambiente, pôde-se confirmar pela maioria dos respondentes que 47,37% se mostraram razoavelmente interessados, 42,11% se mostraram muitos interessados e entre os de pouco interesse e nenhum interesse tem-se 10,52% dos respondentes.

Quando indagados acerca da solução para os problemas ambientais, os respondentes em sua maioria (89%) afirmaram estar fundamentada nas pequenas ações de todos, através do cotidiano de cada um. Os que entendem que a solução para os problemas ambientais, está fundamentada nas decisões do governo e das grandes empresas estão representados por 11% dos respondentes. Nessa premissa, Handl (2012), afirma que o princípio 10 da conferência Rio 92, diz que a melhor maneira de resolver os problemas ambientais é através da participação de todos os cidadãos interessados, incubindo aos Estados a garantir que todos os cidadãos tenham acesso a informações.

Ao serem questionados sobre a importância da formação ambiental nos cursos de graduação para que possam proporcionar através dos estudantes uma maior contribuição para a sustentabilidade, pôde-se observar que 47,37% entendem ser importante, acompanhados de mais 47,37% que entendem ser muito importante a formação ambiental nos cursos de graduação. Apenas 5,26%, afirma ser irrelevante a formação ambiental nos cursos de graduação como forma de contribuição para a sustentabilidade. Neste contexto Rotta, Batistela e Ferreira (2017) afirmam que a temática meio ambiente, na perspectiva da sustentabilidade, ocupa espaço de grande relevância quando se faz presente nos currículos dos cursos de graduação no ensino superior, abrindo a possibilidade para a construção de uma cultura capaz de inserir metodologias com abordagens de ambientalização dos espaços educativos universitários, interagindo com o ensino, pesquisa e extensão de forma interdisciplinar.

Quando perguntados sobre com que frequência são tratados os assuntos ligados ao Meio Ambiente em sua sala de aula, pôde-se observar que a frequência com que são tratados estes, ainda é uma prática docente distante

dos assuntos ligados ao meio ambiente. Dos respondentes, entre os que nunca e raramente tratam deste assunto, temos 63%, e os que tratam sempre e com alguma frequência temos 37% que aborda esta temática.

Quando questionados sobre quais ações sustentáveis seriam consideradas importantes para a FACAPE implementar, e neste caso os respondentes poderiam optar por no mínimo 02 opções de respostas, observou-se que a organização de eventos periódicos sobre temas ambientais, esteve presente na escolha de 16 docentes dos 19 respondentes. Em segundo lugar tem-se as vistas técnicas dos estudantes a empresas e atividades relacionadas à sustentabilidade e preservação do meio ambiente, com a manifestação de 11 dos 19 docentes respondentes. Em terceiro lugar tem-se a necessidade da utilização dos meios de comunicação da FACAPE (TV, rádio, jornal) para campanhas em prol do meio ambiente, com a manifestação de 10 dos 19 docentes respondentes. Em quarto lugar tem-se a necessidade da existência de grupos de pesquisa interdisciplinares voltados para a temática sustentabilidade, representados por 08 docentes dos 19 docentes respondentes. Em quinto lugar, criação de um site para divulgar as ações ambientais, representados por 07 docentes dos 19 docentes respondentes e por último em sexto lugar, implantação de um Centro de Educação Ambiental, representados por 06 docentes dos 19 docentes respondentes.

Diante do questionamento sobre o que é interdisciplinaridade, dos 18 respondentes constatou-se variadas concepções, em que prevaleceu a intercessão/conexão/correlação/interação/associação/relação entre uma ou mais disciplinas com conteúdos afins. Conforme Japiassu (1976), o termo interdisciplinar ainda não tem sentido epistemológico único e estável, não sendo compreendido da mesma forma por todos. Todavia o autor caracteriza a interdisciplinaridade pela intensidade de trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, indo para além da justaposição de disciplinas, reafirmando que o conhecimento interdisciplinar buscar o campo do conhecimento unitário, rompendo as fronteiras e fragmentação do conhecimento, promovendo uma reciprocidade nos intercâmbios de tal forma que, no final do processo interativo, cada disciplina saia enriquecida, incorporando os resultados de várias especialidades.

Ao cruzar (Gráfico 3) a área de atuação – disciplinas que ministra (variável 7) com a forma de trabalho interdisciplinar (variável 24), constatou-se que 90% dos respondentes já trabalharam de forma interdisciplinar e que destes 58% ministram as disciplinas de formação específica em Ciências Contábeis. Entre os que não trabalharam de forma interdisciplinar estão representados por 10% dos respondentes.

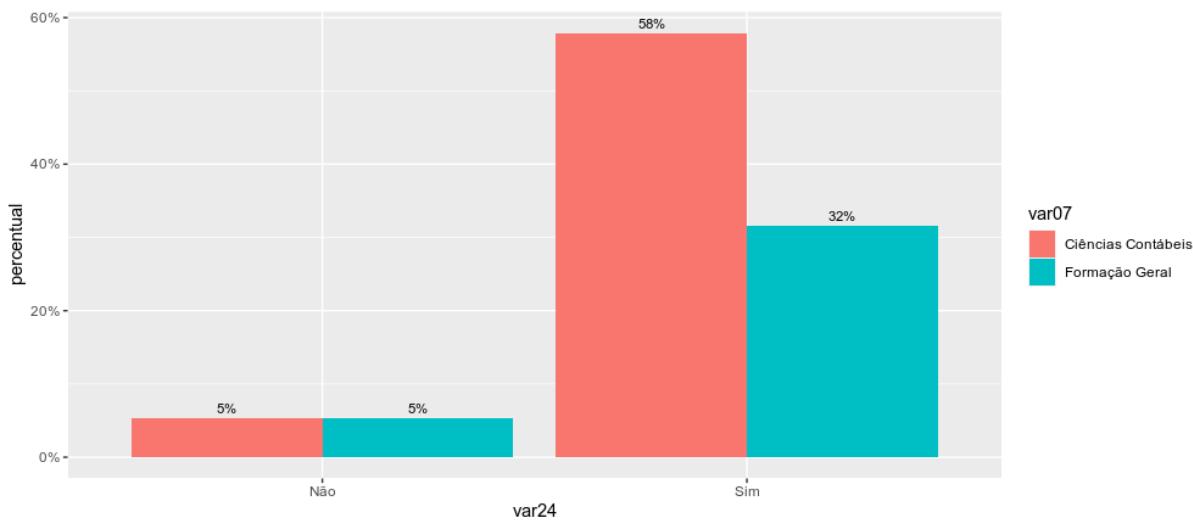


Gráfico 3: Área de atuação – disciplinas que ministra x Forma de trabalho interdisciplinar.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

De acordo Favarão e Araújo, (2004), trabalhar interdisciplinarmente é transformar o aluno em agente ativo, comprometido, responsável, capaz de assumir responsabilidades e interagir no meio em que vive, cabendo ao docente fazer com que o aluno seja protagonista da sua aprendizagem através de conteúdos interdisciplinares e contextualizado.

Quando questionados acerca da dificuldade de trabalhar interdisciplinarmente, 68% dos respondentes afirmaram não ter dificuldades em trabalhar interdisciplinarmente, enquanto 32% disseram ter dificuldades em trabalhar interdisciplinarmente. Conforme Vilela (2019), ainda é um desafio trabalhar a interdisciplinaridade nos cursos de graduação em virtude dos seus docentes serem oriundos de cursos de graduação e pós-graduação em um formato disciplinar. Se faz necessário que as instituições promovam treinamento adequado e os docentes estejam dispostos a saírem da zona de conforto de suas disciplinas, realizando trabalhos colaborativos e interdisciplinares.

Quando perguntados sobre qual ou quais as dificuldades para o uso da interdisciplinaridade em sala de aula, dentre as opções apresentadas para a escolha, observou-se que preponderantemente, apontou-se como o principal obstáculo para o uso da interdisciplinaridade, a ausência de um projeto pedagógico articulador das ações didáticas. Em seguida, a falta de tempo para se reunir com colegas e planejar as aulas e a falta de integração entre as disciplinas, como a segunda causa que dificulta o uso da interdisciplinaridade em sala de aula. Em terceiro lugar, encontra-se a dificuldade em relacionar conteúdos, e em quarto lugar considera como impasse, os alunos com defasagem nos conteúdos e por último, considera como impasse a dificuldade em pesquisar devido à falta de tempo e de acesso a fontes de pesquisas para atualização. Nesta perspectiva Paiva et al., (2017) afirma que a reformulação

dos curriculos nas universidades é de suma importância para o alcance da interdisciplinaridade, pois quando estes já contemplam a interdisciplinaridade, fica mais fácil de ser executado, destacando que não basta a reformulação dos curriculos, de forma integrada e não experimentarmos esta integração.

Segundo Rivarossa de Polop (1999), uma das dificuldades em trabalhar a interdisciplinaridade está ao longo da formação do docente, que trabalha conteúdos de forma específica, ou seja, desassociados de outras ciências não adentrando, por exemplo, em outras áreas de conhecimentos, faltando orientações para um trabalho interdisciplinar. Dessa forma, ao longo de sua formação acadêmica você teve orientações para a prática docente interdisciplinar? Diante da abordagem de Rivarossa, 63% dos respondentes afirmam não terem sido orientados para a prática docente interdisciplinar, enquanto 37% dos respondentes afirmam ter recebido orientação interdisciplinar para a prática docente. Para os que responderam *sim*, foi questionado sobre quais orientações receberam ao longo da sua formação acadêmica e 37% dos respondentes, apresentaram respostas variadas, onde se constatou que tiveram orientações através de disciplinas específicas, formação em licenciatura com enfoque interdisciplinar e participação em grupos de pesquisa. Para os 63% dos respondentes que disseram, *não*, foi perguntado como superaram essa ausência. Obteve-se também respostas variadas, com preponderância na busca através de cursos, vídeos, leituras, grupos de pesquisa, relacionados ao tema interdisciplinaridade.

Quando interrogados sobre quais metodologias são trabalhadas interdisciplinarmente em sala de aula, notou-se a utilização dessa metodologia através de atividades práticas, como também, a utilização de seminários, artigos, debates e pesquisa em geral, constatou-se também que alguns docentes não trabalham interdisciplinarmente. De acordo Favarão e Araújo (2004), trabalhar interdisciplinarmente promove a melhoria do ensino superior, superando a fragmentação, auxiliando na dissociação do conhecimento produzido e orientando uma nova ordem do conhecimento.

Dando continuidade aos achados de campo, faz-se menção das entrevistas que revelaram informações que não foi possível constatar através da análise documental. Apesar das dificuldades encontradas para sua aplicação, em virtude da pandemia e da agenda dos docentes, conseguiu-se entrevistar 05 docentes que trouxeram em suas falas a evidência da abordagem do meio ambiente em sua prática docente.

Ao serem abordados sobre a relação existente entre riqueza e problemas ambientais, pôde se observar que há uma compreensão da existência de relação entre riqueza e problemas ambientais quando esta é adquirida através da exploração predatória do meio ambiente. Quando questionados sobre o conceito de meio ambiente, constatou-se que os entrevistados reconhecem o meio ambiente como conjunto de fatores que sustentam a vida na terra. Conforme Pearson (2011, p.05) o meio ambiente “[...] abrange o próprio ser humano e os demais organismos vivos, bem como as

circunstâncias que tornam possível a vida no planeta". Diante da indagação sobre a concepção de EA, pôde-se observar uma concepção voltada para uma educação capaz de desenvolver hábitos que pudesse promover o bem-estar individual e coletivo.

Quando inquiridos sobre a abordagem do tema meio ambiente ou sobre a prática de EA em suas disciplinas, constatou-se na fala de alguns a presença da abordagem do tema meio ambiente em sua prática docente, como também se percebeu que alguns não abordam essa temática.

Diante das falas pôde-se perceber que destoa a fala dos docentes com o registro no PPC de Ciências Contábeis, pois, quando em análise deste documento, não se constatou em suas ementas e conteúdos mínimos a presença de forma clara da temática meio ambiente e Educação Ambiental. Para um melhor alinhamento entre o instrumento PPC e prática docente, recomenda-se a inserção com maior evidência da temática meio ambiente e EA.

Em seguida questionou-se sobre o conhecimento dos instrumentos Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do PPC. Dentre os entrevistados constatou-se que 03 disseram conhecer o PDI e 02 não. Em relação ao PPC todos afirmaram conhecer. Por último, quando questionados se esses dois instrumentos (PDI e PPC) abordam sobre EA e sustentabilidade, o respondente *A* afirmou que sim, mas com ressalvas de que deveriam dar maior ênfase. O respondente *B* afirmou que aborda de forma não tão direta, mas de uma forma transversal. O respondente *C* e *D* afirmaram que nenhum dos dois instrumentos tratam da EA e da sustentabilidade. E o respondente *E* afirmou não ter conhecimento profundo sobre o assunto.

Proposta de Práticas Interventivas e Interdisciplinares mediante os Achados em Campo

Trabalhar de forma interdisciplinar é de suma importância para as áreas do ensino, pesquisa e extensão, como forma de ultrapassar os seus próprios “muros”, construir um conhecimento de forma articulada com outras áreas do saber e inserir o profissional como parte do seu cotidiano, evitando a construção de um saber desconectado do todo (MARCONDES *et al.*, 2012).

Nesta perspectiva, fundamentado nos achados em campo propôs-se a aplicação das práticas interventivas mencionadas abaixo, como forma de contribuição com a IES objeto de estudo.

Quadro 1: Sugerências de Atividades e Ações Interventivas.

PRÁTICAS INTERVENTIVAS	ATIVIDADES SUGERIDAS
▪ Formações continuada sobre elaboração de PPC Sustentável	▪ Construção de adaptações ou reelaboração do PPC do Curso de Contábeis para atender aos ODS.
▪ Formações continuadas sobre “Projetos Integradores”	▪ Elaboração pelo colegiado e docentes de projetos integradores entre cursos e entre universidades
▪ Formações continuadas sobre “Projetos Interdisciplinares”	▪ Elaboração pelo colegiado e docentes de projetos interdisciplinares entre cursos da FACAPE ▪ Elaboração pelo colegiado e docentes de projetos visando ações ambientais internas e externas

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021)

A IES pode adotar projetos internos que poderão trabalhar temáticas no âmbito de sua estrutura física, tais como, ventilação, iluminação natural e economia de energia, preservação, conservação e manutenção das áreas verdes, coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, construção de hortas e mudários, utilização de energias renováveis, telhado verde, uso de papel reciclável, compostagem, construir um departamento ou secretaria de gestão ambiental da faculdade, sempre correlacionando com a redução de custos e impactos ambientais. Tal proposta será apresentada ao colegiado do curso e desenvolvida em parceria com o pesquisador, considerando que ele é parte integrante deste colegiado.

Considerações Finais

As constatações encontradas a partir da análise documental, pôde revelar que o PPC apresenta em suas justificativas, fortes fundamentos para a formação de um egresso crítico reflexivo, tendo em vista a dimensão ética, a responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental. Nesta perspectiva ao analisar o PPC não se achou descrito de forma clara sobre as temáticas EA e sustentabilidade interdisciplinar, embora tenha se constatado no PDI da instituição, a previsão da promoção da EA integrada e articulada nas diferentes áreas de conhecimento e em todos os níveis de ensino, como também inserir a Educação Ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista. Desta forma percebeu-se a necessidade de um maior alinhamento entre os dois instrumentos, para que se evidencie com maior nitidez no PPC a existência de fundamentos, princípios e/ou objetivos da EA e da sustentabilidade de maneira interdisciplinar.

Os achados trouxeram uma evidência da percepção dos docentes no tocante a EA e a Sustentabilidade, revelando que há uma necessidade de maior difusão do conhecimento do PNEA para que haja uma melhor aplicação em sua prática docente. Apesar de os docentes não terem sido contemplados com a EA em sua formação inicial e a maioria dos respondentes não conhecem a PNEA, mas reconhecem a importância de se trabalhar a EA de forma multi, inter e transdisciplinar através da oferta de projetos de extensão, projetos de pesquisa, grupos de estudo, etc., como também, apresentaram como principais dificuldades de se trabalhar de forma interdisciplinar, a ausência de um projeto

pedagógico articulador das ações didáticas, a ausência de tempo para se reunir com colegas e planejar as aulas e a falta de integração entre as disciplinas.

Por meio das entrevistas, os docentes demonstraram em suas falas, uma abordagem de assuntos relacionados ao meio ambiente em suas disciplinas. Contudo, não se evidenciou nas ementas e conteúdos programáticos das disciplinas, uma abordagem da EA como processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos e atitudes, valores e comportamentos para o alcance de uma sociedade sustentável do ponto de vista social, ambiental e econômico.

Nessa perspectiva e diante das constatações, apresentou-se como sugestão/proposta de melhoria para o curso estudado, a promoção de formações continuadas sobre elaboração de PPC sustentável, para que se possa realizar as adaptações necessárias, a oferta de formação continuada sobre Projetos Integradores entre cursos e entre universidades, e a formação continuada sobre Projetos Interdisciplinares visando ações ambientais internas e externas. Obviamente que os resultados dessa pesquisa apontam também para a necessidade de continuar aprofundando os conhecimentos acerca das temáticas abordadas, não se tendo aqui a pretensão de esgotar o debate, frente a relevância e pertinência dos assuntos no contexto atual.

Referências

- ALENCAR, L. D. DE; BARBOSA, M. DE F. N. Educação Ambiental No Ensino Superior: Ditames Da Política Nacional De Educação Ambiental. **Direito Ambiental e Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 229–255, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 20 jan., 2021.
- BRASIL. **Lei 9.795/99**, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acessado em: 20 jan., 2021.
- BRASIL. **Lei 9.394/96**, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acessado em: 19 abr., 2021.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

FAVARÃO, N. R. L.; ARAÚJO, C. DE S. A. Importância da Interdisciplinaridade no Ensino Superior. **EDUCERE - Revista da Educação**, v. 4, n. 2, p. 103–115, 2004.

FAZENDA, Ivani C. A. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro efetividade ou Ideologia** - São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRÜN, M. **Ética e Educação Ambiental**: A conexão necessária. 5^a ed. Campinas-SP: Papiro, 2002.

HANDL, G. Declaración de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Humano (Declaración de Estocolmo), de 1972, y Declaración de Río sobre Medio Ambiente y el Desarrollo, de 1992. **United Nations Audiovisual Library of International Law**, p. 1–14, 2012. Disponível em: <https://legal.un.org/avl/pdf/ha/dunche/dunche_s.pdf>. Acessado em: 10 mai., 2021.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MARCONDES, N.A.V; BRISOLA, E.M.A; SANTOS, S.R; CHAMON, E.M.Q. de O. Repensando a Interdisciplinaridade: Contributos à Atuação do Assistente Social na Área de Saúde. **Serv. Soc. & Saúde**, v. 11, n. 1 (13), p. 67–98, jan./jun 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8. Ed. São Paulo/SP: Atlas, 2017.

MIRANDA, D. L. DE *et al.* Educação Ambiental a Partir da Agenda 2030 : Experiências da Conscientização e do Uso Racional da Água em uma Escola Municipal de Varginha (MG). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 2, p. 174–190, 2021.

MOURA, J. A. G. de; NETO, A.S.P.; ALMEIDA, H.S.; PACHECO, C.S.G.R.; OLIVEIRA, D.G.; MOURA, R.C.G. Environmental Education as an Instrument for the Sustainability of the Paleoagroecosystems. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 8, n. 3, p. 048–056, 2021.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **El Futuro que queremos**, Naciones Unidas. **Anais...**Rio de Janeiro: Naciones Unidas, 2012, Disponível em: <https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216-I-1_spanish.pdf.pdf>. Acessado em: 15 jun., 2020.

PAIVA, A. O. F. DE *et al.* A interdisciplinaridade no ensino superior. **Revista FACISA ON-LINE**, v. 6, n. 3, p. 36–55, 2017.

PEARSON, A. **Gestão Ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, Faculdade de Petrolina – FACAPE, 2016.

RAMOS, E. C. Educação Ambiental: origem e perspectivas. **Educar**, n. 18, p. 201–218, 2001.

RIVAROSSA DE POLOP, Alcira. El área de ciencias naturales: concepciones epistemológicas y diálogo pedagógico. Cuartas jornadas nacionales de enseñanza de la biología- **Memorias**. Córdoba: Asociación de Docentes de Ciencias Biológicas de la Argentina, 1999, p.46- 59.

ROSSINI, C. M.; CENCI, D. R. Práticas interdisciplinares na Educação Ambiental: caminhos para a sustentabilidade. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, p. 1–16, 2020.

ROTTA, M.; BATISTELA, A. C.; FERREIRA, S. R. Ambientalização curricular no ensino superior: formação e sustentabilidade nos cursos de graduação. **Actualidades Investigativas en Educación**, v. 17, n. 2, p. 1–20, 2017.

SILVA, F. R. et al. Gestão da cultura organizacional no Instituto Federal: limites, desafios e rotatividade docente na Amazônia Sul Ocidental. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 39436–39458, 2020.

TEIXEIRA, L. A.; TOZONI REIS, M. F. DE C.; TALAMONI, J. L. B. A teoria, a prática, o docente e a Educação Ambiental: algumas reflexões. **Olhar de Docente**, v. 14, n. 2, p. 227–237, 2011.

UNITED NATIONS. **United Nations Conference on Environment & Development Rio de Janeiro, Brazil, 3 to 14 June 1992** Reproduction. **Anais...**1992. Disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>. Acessado em: 27 jan., 2021.

UNITED NATIONS. Transformando Nossa Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a/Res/70/1. **Anais...**2015, Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E. Acessado em: 29 jan., 2021.

VILELA, M. V. F. Reflexões sobre o histórico e caminhos da interdisciplinaridade na educação superior no Brasil. **Journal Health NPEPS**, v. 4, n. 1, p. 6–15, 2019.